

O PROCESSO DE TRABALHO, A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E O DESEMPREGO EM KARL MARX¹

Luiz Henrique Santos Cardoso²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo resgatar os fundamentos do pensamento de Karl Marx, em sua obra *O Capital: Crítica da Economia Política* [1867], acerca das especificidades do modo de produção capitalista que, ao permitir o desenvolvimento das forças produtivas e da maior expropriação da mais-valia gerada pelo trabalhador, põe em evidência as forças contraditórias características do próprio capitalismo, dado que o aumento da capacidade de acumulação de capital ocorre conjuntamente com a formação de um exército industrial de reserva, ou seja, de uma mão de obra desempregada. Além da análise sobre no ciclo da circulação e produção das mercadorias, este estudo busca compreender as consequências do desenvolvimento da produtividade sobre a composição orgânica do capital, elevando proporcionalmente o capital constante às custas do variável. Ao final, faz-se uma breve contraposição dos conceitos sobre as diversas formas do exército industrial de reserva (flutuante, latente e estagnado) na contemporaneidade.

Palavras-chave: Trabalho. Valor. Acumulação. Capital. Desemprego.

Abstract: This article aims to rescue the foundations of Karl Marx's thought, in his work *Capital: Critique of Political Economy* [1867], about the specificities of the capitalist mode of production that, by allowing the development of productive forces and greater expropriation of the surplus value generated by the worker, highlights the contradictory forces characteristic of capitalism itself, given that the increase in the capacity for capital accumulation occurs together with the formation of an industrial reserve army, that is, an unemployed workforce. In addition to analyzing the cycle of circulation and production of goods, this study seeks to understand the consequences of the development of productivity on the organic composition of capital, proportionally increasing constant

¹ Artigo submetido à **XIX Semana de Economia da PUC-SP**, realizado pelo Departamento de Economia conjuntamente com o Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP, em outubro de 2021.

² Mestrando em Ciências Econômicas, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: henrique_cardoso77@hotmail.com

capital at the expense of variable capital. At the end, there is a brief contraposition of the concepts about the various forms of the industrial reserve army (floating, latent and stagnant) in contemporaneity.

Keywords: Work. Value. Accumulation. Capital. Unemployment.

1. Introdução

Ao iniciar um estudo a respeito do sistema capitalista regente na sociedade pelo menos desde o século XVI, e suas peculiaridades influentes na vida humana em sua totalidade (nos campos social, cultural, econômico, moral, político etc.), retornar aos escritos de Karl Marx (1818 – 1883) torna-se tarefa inevitável. Entre tantas contribuições apresentadas em sua extensa bibliografia, *O Capital* (1975) guiará o presente artigo na fundamentação de preceitos básicos trabalhados por Marx, na tentativa de construir as bases de uma compreensão crítica do capitalismo, especificamente, ao modo de produção capitalista.

No sistema capitalista a propriedade privada, a acumulação de capital e a incessante busca pelo lucro, norteiam uma sociedade dividida em classes, na qual, os capitalistas (burgueses) são aqueles que detém a posse dos meios de produção, e os trabalhadores (proletários) constituem a classe assalariada, possuindo apenas sua força de trabalho como “mercadoria” nas trocas comerciais. Com a criação da “forma-dinheiro” nas relações comerciais do capitalismo, as trocas de mercadorias tomam outra rota, sendo o *dinheiro* o objetivo final das sociedades capitalistas, e não mais o *produto*.

Através da leitura de Marx e sua crítica à economia política clássica (Harvey, 2013), é possível compreender como esta relação entre “capitalistas” e “trabalhadores” se entrelaçam neste sistema de produção – particularmente, na importância do processo de trabalho –, fazendo com que o primeiro, após realizar o consumo prolongado da força de trabalho do segundo, produza a *mais-valia*, e apropriando-se da criação desse *mais valor* responsável pela origem do lucro do capitalista.

Com o desenvolvimento das forças produtivas (entendida como a criação de mais produtos com a mesma força de trabalho, dado um certo volume de meios de produção) abre-se caminho para o acúmulo de capital cada vez maior, pelo capitalista. O maior acúmulo de capital depende também do emprego cada vez menor de trabalhadores no

processo de produção, em proporção ao elevado incremento progressivo do capital constante. Desta maneira, cria-se uma massa de população supérflua – decorrente da mão de obra desempregada – em função do lucro capitalista, ilustrando os mecanismos instaurados no processo de produção, centrados na acumulação progressiva de capital, utilizando-se do próprio material humano disponível quando estes (capitalistas) necessitarem.

Os problemas dessa aceleração da acumulação são perceptíveis ao constatar que, a mudança técnica na composição orgânica do capital – aumentando o fator constante (máquinas e equipamentos) e diminuindo relativamente o fator variável (força de trabalho) – acaba empregando sempre uma quantidade menor de mão de obra no processo de produção, criando assim, o que foi identificado por Marx como o “exército industrial de reserva”.

Esta relação no mundo contemporâneo, apesar de sofrer mudanças profundas em sua estrutura ao passar dos tempos – por exemplo, com a centralidade do *capital portador de juros* na sociedade globalizada, a partir da década de 1970 –, ainda hoje se assenta em bases semelhantes daquelas descritas por Marx em pleno século XIX: na exploração cada vez mais intensificada da força de trabalho (para a produção do valor excedente), e na reprodução e acumulação progressiva de capital. Portanto, tende-se a esclarecer, nesse âmbito, o *modus operandi* dessa paixão inextinguível pelo lucro, da maldita cobiça pelo dinheiro que sempre caracterizará o capitalista (Marx, 1975).

O artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2 é analisado o sistema de produção capitalista, as características da mercadoria e seu processo de circulação. Já na seção 3 resgata-se a conceituação da força de trabalho, bem como a importância do processo de trabalho para a produção da mais-valia (peça fundamental no capitalismo). A seção 4 apresenta as condicionantes modificadoras da composição orgânica do capital, e sua influência na acumulação capitalista. Durante a seção 5 é exposto como a acumulação de capital, assim como sua reprodução, baseiam-se na formação e manutenção de um “exército industrial de reserva”, ou seja, na existência de uma mão de obra desempregada. Por fim, tece-se as considerações finais do artigo na seção 6.

2. O Sistema de Produção Capitalista

Antes de iniciar a discussão sobre o processo de trabalho e sua relação com a produção da mais-valia, certos conceitos levantados por Marx no Livro I de sua obra *O Capital* (1975) precisam ser resgatados para um entendimento relativamente conciso da criação do valor excedente na produção capitalista.

O capitalismo é formado pela relação entre produtores e trabalhadores. Os primeiros, tem a posse dos *meios de produção*, enquanto os últimos, são responsáveis por *executar* o trabalho utilizando estes *meios*. Na produção capitalista de mercadorias, a mão de obra e a figura do produtor são centrais nesta configuração. Conforme explica Sweezy (1976), tanto os meios de produção quanto a força de trabalho (trabalhador) são mercadorias dentro deste sistema, logo, possuem também valor de troca – conceito este explicado logo a seguir.

No sistema de produção capitalista, as necessidades humanas (sendo de natureza espiritual ou do estomago) são preenchidas através da propriedade da mercadoria, de maneira que, sua acumulação também representa a riqueza neste sistema. Por sua vez, as “mercadorias” são objetos (coisas) que possuem duas propriedades, o “valor”³ (medido pelo dispêndio de trabalho humano socialmente necessário para produzi-las, é uma grandeza de valor), e o *valor-de-uso* (relativo à qualidade da mercadoria) (Marx, 1975).

De maneira sucinta, pode-se resumir o valor-de-uso de uma “*coisa*” (mercadoria) como a utilidade da própria mercadoria, na qual, só se realiza mediante sua utilização ou consumo. O valor-de-uso é também considerado o meio material ou o veículo de transporte do *valor-de-troca*. Já o valor-de-troca, trata-se da relação da troca (quantitativa) entre as mercadorias de qualidades diferentes, com valores-de-uso diversos⁴ (Marx, 1975). Para exemplificar, suponha a mercadoria “casa”: para o indivíduo que pretende *residir* nesta casa, tal mercadoria possui um valor-de-uso, ou seja, a moradia. Por outro lado, para o indivíduo que pretende *alugar* esta casa, sua mercadoria expressa-se como valor-de-troca, disponibilizando à terceiros a possibilidade de residirem naquele imóvel por um tempo determinado, em troca de uma certa quantia de dinheiro. Ora, uma

³ Mercadorias que podem ser produzidas na mesma quantidade de tempo de trabalho, possuem **valor** de mesma magnitude. Ou seja, “como **valores**, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza.” (Marx, 1975, p. 46).

⁴ “[...] mercadoria é um objeto que, a partir de suas propriedades materiais, tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem. Essa característica é conhecida como valor de uso. Por outro lado, a mercadoria também tem a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria ou, em outras palavras, de comprar outras mercadorias. A essa característica chamou-se valor de troca.” (Carcanholo, 1998, p. 18).

mercadoria que não possuir um valor-de-uso ou de troca, mercadoria não será. Segundo Carcanholo (1998, p. 18-19):

Qualquer produto que tenha a capacidade de satisfazer necessidades, mas não tenha a propriedade de ser trocado por outro, não pode ser levado ao mercado para a troca, não é um elemento constitutivo de uma economia mercantil, embora até possa coexistir com ela. Logo, não é uma mercadoria. De outro lado, é difícil pensar em um produto que não tenha valor de uso e possua valor de troca, já que nenhum produtor desejará comprar, pagando por isso algo correspondente a um valor de troca, se a mercadoria em questão não satisfizer suas necessidades, isto é, nenhum produtor troca uma mercadoria sem reconhecer na mercadoria alheia um valor de uso.

Cabe frisar que, para Marx (1975), toda mercadoria neste sistema pode ser observada por dois aspectos, ou seja, por sua qualidade (valor-de-uso) e quantidade (valor-de-troca). O valor-de-uso, sendo a expressão de qualidades diferentes entre mercadorias, passa a ser um componente comum, quantificável, a partir do momento em que se analisa pelo seu valor-de-troca.

Dado que as mercadorias só encarnam *valor* na medida em que são expressões de uma mesma substância social – o trabalho humano – essa realidade só pode manifestar-se na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. Para facilitar essas trocas, Marx (1975) afirma que todas as mercadorias possuem uma forma comum de valor (socialmente aceita), e tal forma comum é a “forma-dinheiro”. O Dinheiro possui função especial na produção e na circulação das mercadorias, aspectos que serão explorados mais à frente.

Destarte, as trocas de mercadorias que agora passam a utilizar o dinheiro em suas transações, formam as bases do comércio capitalista⁵. A troca é um processo individual para o possuidor de mercadoria, pois, este produtor, apresenta a intenção de trocar o *valor* de sua mercadoria com o *valor* de outra, mesmo que a sua mercadoria não tenha valor-de-uso para outros. Assim, a troca passa a ser para ele um processo social. Ora, neste processo social o dinheiro possui papel importante, prestando a função social de um

⁵ Segundo Marx (1975), as condições históricas que deram origem ao capital, partem do comércio e da sua expansão para o mercado mundial a partir do século XVI.

“equivalente universal” (através de metais preciosos, papel-moeda, títulos etc.)⁶, de modo que os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro. (Marx, 1975).

2.1. A Circulação das Mercadorias

É a partir da circulação das mercadorias que se pode observar o ponto de partida do capital. Neste interim, é mister a compreensão da distinção entre “capital” e “dinheiro”. Segundo Harvey (2013), o *dinheiro* possui a capacidade de fazer circular as mercadorias, ao mesmo tempo em que pode ser usado para medir *valor* e acumular riqueza (entesouramento); enquanto o *capital*, é o dinheiro usado apenas para um determinado fim, de valorizar-se. Além disso, ele pode ser entendido como uma relação social (permitindo a relação entre trabalhadores e capitalistas) e como a expressão da riqueza acumulada que é produzida pela força de trabalho (Nakatani e Rosa, 2020). Ora, a existência do capital, assim, fundamenta-se em seu próprio movimento, e esse movimento – não correspondendo ao âmbito do *espaço/tempo* – ocorre enquanto o mesmo passa por transformações em sua própria forma. Tal mudança se refere a transição iniciada na forma dinheiro (D), que se converte em meios de produção e força de trabalho (M), com o objetivo de criar uma nova mercadoria e, posteriormente, revenda-la para converter-se novamente em dinheiro, acrescido de uma valorização (D’). Esse processo foi reconhecido por Marx como sendo a *Metamorfose* do capital.

Nas relações de comércio, visando pelo lado das necessidades humanas (consumidor), esta dinâmica pode ser representada pela seguinte lógica (M – D – M): produz-se mercadoria (M), com a intenção de trocá-la por dinheiro (D), para então, com este dinheiro, suprir suas necessidades na compra de outra mercadoria (M). Ou seja, o mesmo dinheiro é transferido por diversas mãos. Aqui o dinheiro apresenta a função como meio circulante.

Em contrapartida, na circulação de mercadoria onde o “dinheiro” está nas mãos do vendedor, a dinâmica é alternada (D – M – D): a partir de certa quantidade de dinheiro (D), compra-se os meios de produção para produzir mercadorias (M), com fins de trocá-

⁶ “O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias.” (Marx, 1975, p. 97).

las por dinheiro (D). A mesma mercadoria passa de mãos em mãos, com o objetivo final de retornar o dinheiro inicial adiantado para seu bolso, portanto, o ponto de partida e o final são os mesmos. Observa-se aqui, que o dinheiro não se apresenta como meio de circulação, e sim, nas palavras de Marx (1975), como a encarnação individual do trabalho social, como mercadoria absoluta, a representação do valor (em dinheiro) torna-se o objetivo da circulação.

Contudo, se o objetivo fosse trocar “dinheiro por dinheiro”, ou, como explica Marx (1890), 100 libras por trigo, e trigo por 100 libras, no fim, não faria sentido. Portanto, não é uma troca *qualitativa* que se busca, e sim, a troca de diferenças *quantitativas* do dinheiro, com o objetivo, ao final do processo, de valorizar seu capital antes adiantado. O sistema correspondente representa a seguinte forma: $D - M - D'$ ⁷. O objetivo central nesta relação de trocas do capital, é, por exemplo, trocar inicialmente as 100 libras, para ganhar ao final 110 libras ($D + \Delta D$), onde $D' = D + \Delta D$. Segundo Marx (1975), essa valorização identificada no exemplo – as 10 libras excedentes de dinheiro (D') –, é chamado de **mais-valor** (ou, mais-valia). Ou seja, o *valor* originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela realiza a sua valorização, acrescentando em sua grandeza um mais-valor. Este movimento, esse processo de circulação, é o responsável por transformar o dinheiro em **capital**⁸.

O produtor de mercadorias, que antes adentrava-se no comércio para suprir suas necessidades e acumular riqueza, agora atua em um processo de circulação de mercadorias sem fim, consciente desse movimento ($D - M - D'$), tornando o possuidor do dinheiro em **capitalista**. Nas palavras de Marx (1975, p. 172): “Sua pessoa, ou melhor seu bolso é donde sai e para onde volta o dinheiro. O conteúdo objetivo da circulação em causa – a expansão do **valor** – é sua finalidade subjetiva.” Para este, não se considera apenas o lucro isoladamente, mas o interminável processo de obter lucros⁹. Pouco importa o lucro que já se realizou, pelo contrário, interessa-lhe o lucro futuro (Marx, 1975). Partindo desta breve exposição é importante entender como de fato um simples

⁷ “A transformação qualitativa do valor de uso é aqui substituída pela expansão quantitativa do valor de troca como o objetivo da produção. Em outras palavras, o capitalista só tem motivo para trocar dinheiro pela capacidade de trabalho e meio de produção se com isso puder conseguir uma quantidade maior de dinheiro.” (Sweezy, 1976, p. 87).

⁸ “Uma vez mais, Marx vê o capital como um processo. Eu poderia fazer capital agora mesmo, bastando tirar dinheiro do meu bolso e colocá-lo em circulação para fazer mais dinheiro.” (Harvey, 2013, p. 93).

⁹ “Essa paixão inextinguível pelo lucro, a maldita cobiça do ouro, caracterizará sempre o capitalista.” (Marx, 1975, p. 173).

comerciante que pretende valorizar seu dinheiro inicial, se transforma em capitalista ao utilizar em seu processo de produção a mão de obra, ou seja, ao alugar a **força de trabalho** de um indivíduo por tempo determinado, mediante pagamento de salário.

3. A Força de Trabalho

A mudança do valor do dinheiro que se pretende transformar em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro. Na forma de dinheiro, o capital não produz nenhum lucro, pois, o dinheiro funciona como meio de pagamento ou de compra, petrificando-se como valor de magnitude fixada. A mudança de *valor* (a valorização) tem que ocorrer com a mercadoria comprada no primeiro ato (D – M), especificamente em seu consumo, em seu valor-de-uso. Para extrair *valor* do consumo de uma mercadoria, descreve Marx (1975), o capitalista descobre que dentro do mercado, durante o processo de circulação, a “mercadoria” cujo valor-de-uso possui a propriedade particular de ser fonte de *valor*, de modo que ao consumi-la seja criar *valor*, tal mercadoria esta materializada na força de trabalho: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreende-se o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores de uso de qualquer espécie.” (Marx, 1975, p. 187).

Segundo Harvey (2013) a força de trabalho é uma mercadoria especial, pois é a única capaz de criar *valor*. Contudo, ela detém algumas condições para que seja identificada como uma “mercadoria”. Tais condições são as seguintes: **i)** o trabalhador deve ser livre¹⁰, de modo que possa vender sua mão de obra para quem quiser. Desse modo o trabalhador aliena sua força de trabalho, mas sem renunciá-la, enquanto o capitalista apenas aluga a sua capacidade de trabalhar e produzir *valor* por um prazo determinado; **ii)** o trabalhador não pode possuir os meios de produção, ou seja, só pode vender sua força de trabalho e não uma mercadoria, um produto final (sapato, por exemplo). Esta observação tende a ilustrar o caminho que se segue na transformação do dinheiro em capital: o capitalista (possuidor do dinheiro e dos meios de produção) deve, então, encontrar no mercado de

¹⁰ Além disso, esta relação deve conservar-se de modo que “[...] o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois, se vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria.” Ou seja, “sua força de trabalho deve sempre ser sua propriedade, cedendo por determinado prazo, alienando-a sem renunciar a sua propriedade sobre ela.” (Marx, 1975, p. 188).

mercadorias um trabalhador livre (respeitando as condições descritas acima) que disponha de sua força de trabalho como sua única mercadoria, não possuindo qualquer outra mercadoria para venda, sem acesso, portanto, aos meios de produção (Marx, 1975).

Sendo a força de trabalho uma mercadoria com características próprias (criadora de *valor*), a compreensão do que fixa o valor desta mercadoria é basilar. Marx (1975) explica que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, e à sua reprodução. O “tempo de trabalho necessário” corresponde ao tempo demandado para a produção dos meios de subsistência básicos na vida de um indivíduo (alimentação, roupas, habitação etc.). Em outras palavras, como toda mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado pelo dispêndio médio de tempo de trabalho necessário à sua reprodução: “Somamos o valor do pão, das camisas, dos sapatos e de tudo mais que é necessário para sustentar e reproduzir os trabalhadores, e o total é o que determina o valor da força de trabalho.” (Harvey, 2013, p. 106).

Consequentemente, o *valor* da força de trabalho equivale ao *valor* de uma soma determinada dos meios de subsistência, modificando-se, com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção. Além disso, Marx ressalta que as “necessidades imediatas” do indivíduo, como a vestimenta, a habitação e sua alimentação dependem da formação histórica e cultural da sociedade, variando, portanto, de uma região para outra. Para Harvey (2013), na concepção de Marx, o valor da força de trabalho está intrinsecamente ligado à história da luta de classes¹¹, na medida em que o padrão de vida dos trabalhadores varia de acordo com o contexto ambiental, social, político e histórico. Seu *valor* não é determinado apenas pelas necessidades físicas, mas também pelas condições do grau de civilização de uma nação, da luta de classes e da história dos movimentos sociais ali presentes.

O emprego da força de trabalho na forma de mercadoria em troca de um salário para o trabalhador que vendeu sua mão de obra, caracteriza a época “capitalista” descrita por Marx (1975), na qual o capital é criado após o capitalista (possuidor dos meios de produção) inserir o trabalhador, livre no mercado, em sua produção. Contudo, após esta descrição breve sobre o funcionamento do sistema de produção capitalista e o papel da força de trabalho, principalmente, para os objetivos de lucro do capitalista, ainda resta

¹¹ “Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral.” (Marx, 1975, p. 246 apud Harvey, 2013, p. 106).

responder uma questão crucial. Dado o ciclo da produção D-M-D', de onde vem o valor excedente (D') que o capitalista busca? De forma ácida e pontual, Marx (1975) indaga: Ora, o capital põe ovos de ouro?

Para responder o questionamento, é de suma importância compreender que o processo de consumo da força de trabalho ocorre conjuntamente ao processo de produção das mercadorias e da criação do valor excedente, a mais-valia. Ou seja, o consumo da força de trabalho, assim como o de qualquer outra mercadoria, realiza-se fora do mercado, fora da esfera da circulação. Dessa maneira, Marx (1975) explica – de forma irônica – que, para conhecer o “mistério da criação de valor excedente (mais-valia)” é necessário desviar a atenção da superfície visível do mercado, para acompanhar as entranhas do local da produção¹², onde a criação da mais-valia consagra-se no processo de produção capitalista. Especificamente, é preciso analisar o “processo de trabalho”.

3.1. O Processo de Trabalho

De acordo com Marx (1975) deve-se conceituar o processo de trabalho como condição de existência da vida humana, uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, independentes de qualquer forma social. O homem e a natureza fazem parte do processo de trabalho, na qual, através de forças do seu próprio corpo (como os braços e as pernas), a ação do homem modifica seu intercambio material com a natureza. Sob a perspectiva do trabalho, Marx (1975) explica que a única diferença entre um humano e um animal, é que antes de sua ação, o homem, figura em sua mente o trabalho *ideal* antes de transformá-lo em trabalho concreto *real*:

No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (Marx, 1975, p. 202).

¹² Cujá entrada está escrita: “*No admittance except on business*” (Marx, 1975, p. 196).

Quanto aos elementos constituintes do processo de trabalho, Marx (1975) assevera que estes podem ser representados da seguinte forma: **1)** a atividade direcionada para um fim (o trabalho em si); **2)** a matéria aplicada ao trabalho (o objeto); **3)** e os meios (o instrumental de trabalho). O *trabalho* em si representa o processo de transformação de uma coisa em outra, na criação de um valor-de-uso alternativo daquele antes firmado. (Harvey, 2013). Dentro do processo de trabalho, ao utilizar a terra como meio de trabalho, o trabalhador opera sua atividade com um fim estabelecido, a criação do objeto em si. A partir do instante em que o produto¹³ é finalizado, o processo acaba, em vista disso, o objeto pronto, simboliza a forma materializada e concreta do trabalho nele incorporado; o *objeto de trabalho* se consolida em todas as coisas retiradas diretamente da natureza bruta, como o peixe que é pescado retirando-o de sua natureza, a água (Marx, 1975). Ainda, se neste objeto é incorporado algum tipo de trabalho, acaba por se transformar em uma matéria-prima¹⁴; o *meio de trabalho*¹⁵ abrange todas as condições disponíveis à realização do processo de trabalho. Mesmo as infraestruturas físicas que apresentam trabalho humano nelas inseridas e que não participam diretamente do processo de trabalho, elas se a fazem necessárias para sua elaboração, como por exemplo canais, estradas, edifícios de fabricas etc. Nesse sentido, considera-se a terra como “meio universal de trabalho”, pois fornece o local onde o trabalho pode ser realizado (Marx, 1975).

Marx (1975) argumenta que no processo de trabalho, onde o capitalista consome a força de trabalho, ocorrem dois fenômenos particulares que guiam as reflexões para o entendimento *per se* da produção capitalista; o primeiro diz respeito ao **controle** do capitalista sobre o trabalhador, no sentido do uso eficiente dos meios de produção, impedindo o desperdício desnecessário tanto das matérias-primas quanto dos instrumentais de trabalho; o segundo fenômeno, baseia-se no pressuposto de que o produto fabricado pelo trabalhador é de **propriedade** do capitalista, e não de seu produtor. Em outras palavras, no sistema capitalista a força de trabalho é apenas uma “mercadoria” como qualquer outra, assim, o proprietário do capital que alugou a mão de obra por tempo

¹³ “O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma.” (Marx, 1975, p. 205).

¹⁴ “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado uma modificação efetuada pelo trabalho.” (Marx, 1975, p. 203).

¹⁵ “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto [...]” (Marx, 1975, p. 203).

determinado – lhe pertencendo durante este período – incorpora esta força de trabalho vivo (homem) aos elementos mortos constitutivos do produto, como as máquinas e os equipamentos (Marx, 1975).

Esta análise sintetiza que, o processo de trabalho pode ser identificado como um processo que ocorre através dos fatores que o capitalista comprou (mão de obra), e os meios de produção que fazem parte da sua posse. Porém, mais do que isso, Marx (1975) conclui que o processo de trabalho é a atividade guiada na produção de valores-de-uso, e na apropriação dos elementos naturais para satisfação das demandas humanas, condição básica do metabolismo a natureza e o homem.

3.2. A Produção da Mais-Valia

Partindo do esquema apresentado sobre o “processo de trabalho” nas estruturas capitalistas, cabe condensar as ideias e abstrações feitas por Marx, para concluir seu raciocínio a respeito do “combustível” dos donos do capital: a “mais-valia”. Contudo, para iniciar a explicação é de imensa relevância observar que, dentro do sistema capitalista, não é o “amor” que move o capitalista, mas sim a produção de “mais-valia” (Marx, 1975). Por isso, na produção de mercadorias se produz valores-de-uso por deterem também em seu material, valores-de-troca, que permite um produto ser destinado a venda¹⁶ e, a partir dela, receber de volta o dinheiro acrescido do valor excedente.

Marx (1975) atenta para um outro ponto, no qual, sendo a mercadoria incubadora de valor-de-uso e *valor*, sua produção demanda um processo de trabalho onde se produza o valor-de-uso e o *valor*, paralelamente. Já o respectivo *valor* presente em toda mercadoria, é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Este trabalho, explica Marx (1975), forma-se do trabalho concreto que produz valores-de-uso, assim, o trabalho dispendido na produção do valor-de-uso é abordado **qualitativamente** de acordo com seu objetivo e conteúdo. Sobre a produção de *valor*, o mesmo processo de trabalho é analisado pelo lado **quantitativo**, com vistas ao tempo de execução nas tarefas do trabalhador ou período correspondente ao consumo da sua força de trabalho, em horas, por exemplo.

¹⁶ “Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (**mais-valia**).” (Marx, 1975, p. 211).

Resumidamente, o conceito do *valor* é trabalhado por Marx (1975) utilizando o exemplo da produção de um “fio de lã”: na produção de qualquer mercadoria, necessita o capitalista em adiantar todo seu capital em forma de meios de produção (capital constante) e de salários que pagará à mão de obra contratada (capital variável). Estas formas de capital, formam o “capital adiantado”. Voltando ao exemplo do fio de lã, durante sua produção, utiliza-se como matéria-prima o algodão, e como meio de produção o fuso. Destarte, tanto o tempo de trabalho exigido na produção do algodão, quanto o tempo exigido na produção do fuso (ambos consumidos no processo de produção do fio), constituem ambos o trabalho contido no produto final, o fio de lã. Portanto, de acordo com Marx (1975), no processo de trabalho, ocorre a transmutação do movimento da força de trabalho em produto concreto. E, no respectivo produto concreto (o trabalho final), toda a ação de uma certa quantidade de horas para “fiar” utilizando os meios de produção disponíveis, está representada agora em determinada quantidade de “fio” produzida.

Entretanto, ao final do processo de produção exemplificado no “fio de lã”, Marx (1975) relata que o valor do produto e do capital adiantado ainda serão iguais. Ou seja, todo o valor adiantado pelo capitalista (sob as formas de salários e meios de produção) não se valorizou, não produziu valor excedente (a mais-valia)¹⁷.

Isto se deve, ao fato de que, o valor agregado do fio de lã representa apenas a soma dos valores já existentes contidas no algodão, no fuso, e na força de trabalho, logo, a soma simples de valores existentes nunca poderá criar a mais-valia. Portanto, o dinheiro não foi convertido em capital.

A mais-valia surge da exploração da força de trabalho, e não da mera produção de mercadorias. Toma-se o exemplo dado por Marx (1975): na produção do fio de lã, suponha-se que o valor diário da força de trabalho corresponda a 3 xelins, por 6 horas de trabalho. Nesta relação de produção, o trabalho cria *valor* apenas se executar seu trabalho. No entanto há diferença entre o valor que a força de trabalho incorpora na mercadoria e o valor recebido pelo trabalhador pós-produção. Aqui reside o ponto decisivo onde o

¹⁷ O preço dos 10 quilos de fio é 15 xelins e essa quantia foi gasta no mercado com os elementos constitutivos do produto, ou, o que é o mesmo, com os fatores do processo de trabalho: 10 xelins com algodão, 2 xelins com a parte consumida do fuso e 3 xelins com a força de trabalho. [...] Considerado em si mesmo não há por que estranhar esse resultado. O valor de 1 quilo de fio é 1 xelim e 6 pence e por 10 quilos de fio nosso capitalista teria de pagar no mercado 15 xelins (Marx, 1975, p. 216).

capitalista visa na compra da força de trabalho, pois, é na diferença entre o que o trabalhador recebe e o que ele cria que se forma o mais-valor.

Então, a força de trabalho constitui um *valor*, e dela é possível extrair um mais valor (mais-valia). O modo com o qual o capitalista se utiliza para realizá-la, é mediante o prolongamento da jornada de trabalho. Ora, apesar da força de trabalho necessitar de apenas 6 horas totais de trabalho na correspondente produção, a oficina equipa-se com meios de produção para um processo de trabalho de 12 horas¹⁸ (Marx, 1975). Pode-se concluir, portanto, que a diferença entre o *valor* e a **mais-valia** existe enquanto esta última surge do prolongamento de um determinado ponto, no processo de produção. O processo de produzir *valor* corresponde a um ponto específico na qual o valor da força de trabalho pago pelo capital equivale ao trabalho executado. Superando esse ponto específico, o processo da produção de *valor* converte-se num processo de produzir um *mais valor*¹⁹.

4. Mudança na Composição Orgânica e Acumulação de Capital

Dada a origem da mais-valia no processo de produção da mercadoria, mais especificamente, na extração do valor excedente gerado pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista, encaminha-se neste momento para a compreensão sobre, de que forma as forças conflitantes deste sistema fomentam as bases do alto desemprego gerado em função da acumulação e reprodução do capital.

Conforme explica Souza e Santos (2013), as crises econômicas durante toda a história do capitalismo, aparecem conectadas diretamente ao processo de produção e circulação de mercadorias, tendo como consequências impactos no capital e na sociedade como um todo. Sabendo que o objetivo principal do capitalista é personificado na busca incessante pelo lucro, ou, da mais-valia do trabalhador, tende-se a vislumbrar que estes

¹⁸ “Se 10 quilos de algodão absorvem 6 horas de trabalho e se transformam em 10 quilos de fio, 20 quilos de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se converterão em 20 quilos de fio.” (Marx, 1982, p. 219).

¹⁹ Marx (1982), segue com outro exemplo, mais detalhado: suponha um processo de trabalho na produção de fios de lã, na qual para a produção de 20 quilos da mesma, é requerido o total de 5 dias trabalhados. Nesta suposição, somando todos os valores das mercadorias no processo, correspondentes ao capital variável e constante (salários e meios de produção/matéria-prima, respectivamente), o custo para o capitalista é no total de 27 libras. Ou seja, para os 5 dias de trabalho, equivale 27 libras de capital adiantado. Contudo, este capitalista, vende os mesmos 20 quilos de fio de lã por 30 libras. Logo, o valor do produto ultrapassa em 3 libras o valor antecipado para sua produção (capital adiantado). Isto posto, com 27 libras se transformando em 30 libras, criou-se a mais-valia de 3 libras ($D - M - D'$). O dinheiro, finalmente, se transformou em capital.

objetivos são completamente divergentes dos trabalhadores (proletários), levando em conta sua situação desfavorável em comparação aos proprietários dos meios de produção (capitalistas). Tal diferença revela-se na análise dos circuitos da produção D-M-D e M-D-M onde cada um está alocado. Diante disso, fundamenta-se a visão de que o desenvolvimento da produção capitalista ao passar dos tempos foi cercado de contradições internas e crises recorrentes, aprofundando, não somente a concentração econômica, mas, sobretudo, as distâncias sociais entre a classe trabalhadora e os proprietários do capital. A essa estrutura analisada por Marx no século XIX, os autores fazem uma comparação com a conjuntura recente do pensamento neoliberal no capitalismo contemporâneo, em face de seus reflexos na questão, por exemplo, do desemprego:

Com o advento de todas as crises geradas pelo próprio Capital e seus reflexos, sempre a mais prejudicada foi a classe trabalhadora, pois quando existe uma ameaça ao excedente a primeira moléstia que surge é o desemprego já que no capitalismo é inconcebível a diminuição da margem de lucro. E é o desemprego que afeta diretamente as políticas do governo neoliberal, tais como o “Pleno Emprego e o Equilíbrio Econômico”, que são os sustentáculos da manutenção na liderança da Nação. Governo este, que vislumbra apenas a balança comercial tendendo sempre aos donos do Capital em detrimento da massa proletariada. (Souza; Santos, 2013, p. 71).

A criação dessa massa da população supérflua – decorrente da mão de obra desempregada – em função do lucro capitalista, ilustra o pano de fundo dos mecanismos instaurados no processo de produção centrados na acumulação progressiva de capital, utilizando-se do próprio material humano disponível quando estes (capitalistas) necessitarem. As imbricações descritas acima, serão investigadas mais adiante no artigo. Foca-se, a priori, nos liames do capital e do trabalho.

Aqui, tem-se representada a frequente e deturpada relação entre capital e trabalho. A lei geral da acumulação capitalista descrita por Marx (1982), resume essa relação construído com base no aumento do grau de exploração do trabalho e na manutenção do preço dessa força de trabalho, de modo que ambas não impeçam a acumulação ampliada do capitalista. Assim, observa-se que o papel imposto ao trabalhador no processo de

produção, segue uma rota a permitir a expansão e a valorização do capital continuamente, e não para possibilitar uma melhora em suas condições de subsistência.²⁰

O contínuo processo de acumulação de capital, possibilita mudanças na totalidade do capital social global (o capital social global é a soma de todos os capitais em todos os ramos de produção existentes em dada sociedade). Essas mudanças podem ocorrer de diversas formas nos diferentes ramos presentes naquela sociedade, alterando a composição do capital, hora elevando a massa absoluta da parte variável (contratando mais trabalhadores), hora aumentando o volume do capital constante (comprando mais máquinas) (Marx, 1982). Neste ínterim, a produtividade do trabalho – entendida como a criação de mais produtos com a mesma força de trabalho, dado um certo volume de meios de produção – funciona como engrenagem do acúmulo de capital cada vez maior, pelo capitalista. Ou seja, o desenvolvimento das relações de produção modifica a composição orgânica de capital, incrementando um volume elevado de capital constante às custas do fator variável da produção, em razões da acumulação. Altera-se, portanto, a forma técnica do capital. Marx exemplifica o exposto da seguinte maneira:

[...] se originalmente se despende 50% em meios de produção (capital constante) e 50% em força de trabalho (capital variável), mais tarde, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, a percentagem poderá ser de 80% para os meios de produção (constante) e de 20% para a força de trabalho (variável) e assim por diante (Marx, 1982, p. 724).

Um ponto importante para se ressaltar deriva do seguinte aspecto: mesmo que a massa absoluta da força de trabalho se eleve com o desenvolvimento da produtividade, seu aumento é relativamente menor do que o volume acrescido do capital constante. Veja o exemplo a seguir:

Admitamos que, de início, o capital se divide em 50% constante e 50% variável, e mais tarde em 80% constante e 20% variável. Se, nesse intervalo, o capital original se elevar de 6.000 libras esterlinas para 18.000, sua parte variável terá crescido de 1/5. Era 3.000 libras esterlinas e aumentou agora para 3.600. Mas, onde anteriormente bastava um acréscimo de capital de 20% para

²⁰ “Na religião, o ser humano é denominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos.” (Marx, 1982, p. 721-722).

aumentar de 20% a procura de trabalho, é necessário agora a triplicação do capital primitivo (Marx, 1982, p. 725).

A ilustração feita por Marx (1982), demonstra então que, com a elevação do capital total (de 6.000 para 18.000 libras), e do número absoluto do capital variável (de 3.000 para 3.600 libras), com a mudança da composição orgânica elevando o nível do capital constante (de 50% para 80%), o capitalista passa a necessitar de um aumento substancial na quantidade da parte variável, para aumentar a mesma percentagem da demanda de trabalho anteriormente possível, assim como detalhado no exemplo acima. Partindo dessa acepção, entende-se o funcionamento da elevação da força produtiva pautado no aumento da produção da mais-valia, fator fundamental na acumulação capitalista. Assim, com o modo de produção capitalista desenvolve-se os caminhos para a acumulação do capital, e vice-versa²¹.

Segundo Marx (1982), a maior produtividade do trabalho expressa-se no aumento mais rápido da população trabalhadora disponível comparativamente aos meios de emprego desse acréscimo da população.²²

Cabe notar que, além da produtividade do trabalho e da acumulação que fornecem os caminhos para a conseqüente expansão do capital, Marx (1982) ressalta outras causas determinantes na força dessa expansão: a elevação da riqueza absoluta do capital, e da elasticidade do capital em funcionamento; a disponibilidade do “crédito”, acelerando o processo de produção e circulação da produção, constituindo até mesmo a forma de um capital adicional para os capitalistas; e o progresso técnico das máquinas e meios de transporte, por exemplo, transformando o processo de produção em maior escala e velocidade. Portanto, a mão de obra necessita estar disponível para que os ramos antigos e novos – onde a riqueza social vai sendo implementada com o avanço da acumulação de capital – possam incrementar esses trabalhadores, de modo a contribuir com a produção

²¹ “Com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação do capital. Esses dois fatores, na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente, modificam a composição técnica do capital, e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante.” (Marx, 1982, p. 725).

²² “[...] quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital.” (Marx, 1982, p. 748).

nos outros ramos. A superpopulação passa a representar esse material humano submetido às necessidades do capital.

5. A Reprodução Ampliada do Capital e o Desemprego

Os problemas dessa aceleração da acumulação são perceptíveis ao constatar que essa mudança técnica na *composição orgânica do capital*, aumentando o fator constante (C) e diminuindo o fator variável (V), acaba empregando cada vez menos mão de obra no processo de produção, dado que a demanda por trabalho é determinada pela magnitude do capital variável, e não do capital global (C+V)²³. Conforme Marx (1982, p. 730), entende-se que: “O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com a nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava.”

Antes de prosseguir com as consequências dessas relações para o desemprego em massa, é importante esclarecer a diferença dos modos de acumulação capitalista e sua influência na modificação da composição orgânica do capital. Trata-se aqui, da *reprodução simples* e *reprodução ampliada*.

Segundo Miglioli (1981), quando o montante do capital total não se altera ao passar de um circuito para o outro, ou, quando o capitalista além de recuperar o capital adiantado inicialmente no processo de produção (D) auferindo também seu lucro (L) (sendo o lucro o resultado da diferença entre [D'] menos o capital constante [C] e variável [V]), e mesmo assim volta a aplicar apenas a mesma quantia inicial de (D), tem-se aqui um processo de *reprodução simples*. Dito de outra forma, após a conclusão do primeiro circuito, o montante de capital não é alterado. Por outro lado, quando o montante do capital inicial se eleva de um circuito para o outro, isso quer dizer que o capitalista complementou a seu capital adiantado não apenas o valor de (D) como também seu lucro (L) ou mais-valia, representado o processo de *reprodução ampliada* do capital. E, em uma economia capitalista, onde está presente a concorrência, a reprodução ampliada

²³ “Composição Orgânica do Capital é a relação entre meios de produção (máquinas, ferramentas, matérias-primas) e força de trabalho, em termos de valor. Ou seja, dado um montante de capital, quanto maior a COC, maior será a proporção de meios de produção em relação à força de trabalho ou, dito de outro modo, dado um montante de capital, quanto maior a COC, menor a demanda do capital por força de trabalho.” (Granato e Germer, 2013, p. 164).

caracteriza-se como fator importante da produção, pois todos os produtores percebem que estão inseridos num ciclo onde a expansão de sua produção é essencial no mercado concorrencial, mercado esse na qual as empresas competem entre si, e se mantém aquela que consegue acumular maior montante de capital. De acordo com Marx:

O desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário aumentar o montante de capital aplicado numa dada empresa, e a concorrência impõe a cada capitalista individual as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. A concorrência o compele a ampliar constantemente seu capital, a fim de preservá-lo, mas ele não pode ampliá-lo a não ser por meio da acumulação progressiva. (Capital, vol. I, parte VII, cap. 24, seção 3, p. 592, *apud* Miglioli, 1981, p. 80).

Pode-se analisar a partir do exposto, que a reprodução ampliada representa a essencialidade do capitalista, sua busca insaciável em valorizar seu capital. Destarte, ao converter nos circuitos de produção seguintes, porção cada vez maior de mais-valia em capital adicional, esse montante que passa a elevar-se constantemente, vai lhe proporcionando ainda maior quantia de mais-valia. Segundo Sweezy (1976), todo esse processo constitui a força motriz do desenvolvimento capitalista.

Essa acumulação acelerada que produz o processo de produção em detrimento do menor emprego de trabalhadores, acaba criando uma quantidade de mão de obra supérflua, identificada como *exército industrial de reserva* ou *superpopulação relativa*. De acordo com Granato e Germer (2013, p. 163): “O exército industrial de reserva é a população trabalhadora que não é empregada pelo capital, mas que está disponível para ser empregada por ele.”

Em conformidade com a elevada acumulação de capital e a diminuição relativa do capital variável, ocorre uma queda mais veloz deste último em comparação com o acúmulo do primeiro, provocando um crescimento da população trabalhadora disponível muito mais rápido do que a elevação da parte variável do capital ou dos meios de produção para ocupação dessa mão de obra (Marx, 1982). Ou seja, segundo Miglioli (1981), paralelamente ao volume de força de trabalho empregada, o sistema capitalista cultiva um exército industrial de reserva (um volume de mão-de-obra desempregada) ao qual os capitalistas podem recorrer nos momentos de intensa acumulação de capital, nos tempos em que aumenta consideravelmente a demanda por força de trabalho.

Além disso, a acumulação de capital está associada com as mudanças periódicas no capital social global, fazendo com que os casos no qual o capital variável se eleva, esteja intimamente ligado tanto às flutuações bruscas quanto a formação transitória dessa *superpopulação relativa* (ou exército industrial de reserva). Constrói-se aqui, um cenário que, em dada sociedade, a maior contratação de mão de obra num período acaba sendo consequência do maior número de demissões no mesmo período:

Em todos os ramos, o aumento do capital variável ou seja do número de trabalhadores empregados está sempre associado a flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação, pelo processo mais contundente de repulsão dos trabalhadores já empregados, ou pelo menos visível, porém não menos real, da absorção mais difícil da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros. Com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa dos trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. (Marx, 1982, p. 732).

Também chamada de “lei do decrescimento progressivo da magnitude relativa do capital variável”, Marx (1982) explica que o desenvolvimento da produtividade, da acumulação e da reprodução do capital, condiciona as rápidas mudanças na composição orgânica do capital e em sua forma, atingindo diversos ramos de produção, conseqüentemente. Logo, a força de trabalho, ao ser inserida num processo em que é imprescindível a produção e extração do mais-valor, para fins de acumulação do capitalista, acabam influenciando e reforçando os mecanismos que a transformam nessa população supérflua, portanto, disponibiliza o material humano pronto para a exploração e a serviço da expansão do capital: “ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele.” (Marx, 1982, p. 734).

Para uma reprodução ampliada e acumulação crescente de capital, a elevação da mão de obra é extremamente importante. Contudo, de acordo com Miglioli (1981), o crescimento do emprego da força de trabalho no processo produtivo condiciona-se de dois modos: através da maior exploração do trabalhador (aumento da jornada de trabalho ou da intensidade da produção) ou pela elevação do número absoluto de trabalhadores,

também chamados de exército industrial ativo. Conjuntamente a esse aumento absoluto da mão de obra, é conservado também um excedente de força de trabalho, ou seja, de trabalhadores desempregados – o exército industrial de reserva –, representado a superpopulação relativa da qual recorrem os capitalistas em determinados momentos de aceleração da acumulação²⁴.

A estrutura do modo de produção capitalista mostra que, o capital, passa a comandar tanto a demanda por trabalhadores dado uma composição orgânica do capital – análoga ao nível de acumulação –, quanto a oferta dessa mão de obra – criada pelo aumento do capital total. Segundo Neto e Germer (2013), esse retrato é observado na seguinte passagem do Capital:

A procura de trabalho não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho com o crescimento da classe trabalhadora. Não há aí duas forças independentes, uma influenciando sobre a outra. É um jogo de dados viciados. O capital age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores [devido ao aumento da composição orgânica de capital], “liberando-os”, ao mesmo tempo em que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho [via intensificação do trabalho e submissão a jornadas de trabalho mais longas], tornando até certo ponto independente a obtenção, a oferta de trabalho da oferta de trabalhadores. Nessas condições, o movimento da lei da oferta e da procura de trabalho torna completo o despotismo do capital (MARX, 2008a, p.743-744, *apud* Neto; Germer, 2013, p. 164-165).

Um dos motivos apresentados nessa análise profunda feita por Karl Marx sobre a estrutura de produção no capitalismo e a decorrente perpetuação deste “exército de reserva” ou “superpopulação relativa”, encontra-se no próprio corpo constitutivo formadores dos “salários” dos trabalhadores. De acordo com Miglioli (1981), os salários passam a atuar na formação e preservação do excedente de mão de obra da seguinte maneira: o preço pago a força de trabalho (salário), determinado pelo tempo socialmente necessário para sua produção e reprodução, é manuseado para possibilitar um mercado

²⁴ “É a própria acumulação capitalista que produz constantemente – e produz em razão direta de sua própria energia e amplitude – uma relativamente excessiva população de trabalhadores, isto é, uma população maior do que o necessário para as exigências médias da auto expansão do capital, e, portanto, uma população excedente.” (Capital, vol. I, parte VII, cap. 25, p. 630, *apud* Miglioli, 1981, p. 83).

de trabalho abundante, impedindo de qualquer maneira sua interferência na acumulação de capital.²⁵ Em outras palavras, a acumulação guiará a taxa de salários, subindo a demanda por trabalho quando a acumulação for intensa e, conseqüentemente a taxa dos salários acima de seu valor de subsistência; e diminuirá a taxa de salários abaixo de seu valor, quando a acumulação se estagnar, aumentando o exército industrial de reserva.

Outro ponto a destacar refere-se ao acúmulo de capital ao longo do tempo e a sua interação com a força de trabalho e com o progresso tecnológico. O aumento do capital constante ocasionado pelas razões anteriormente comentadas e a modificação nas técnicas de produção, ocorrem também de maneira a expelir mão de obra, ao passo que, tal elevação no volume dos meios de produção por trabalhador se torna cada vez maior. Por meio desse processo, a força de trabalho (trabalho vivo) vai sendo substituído por máquinas (trabalho morto) em todo o circuito produtivo (Miglioli, 1981). A competição entre capital e força de trabalho, compõe essa cesta de variáveis que facilitam o aumento da composição orgânica de capital em detrimento da ampliação do exército industrial de reserva.

Assim, segundo Marx (1982), com o aumento da produtividade do trabalho e do capital constante em relação ao capital variável, o trabalho excessivo realizado por aqueles empregados conjuga a parte daquela superpopulação relativa ao desemprego, ao mesmo tempo em que, essa superpopulação exerce pressão sobre a força de trabalho ativa, de modo que este se sujeita às vontades e demandas do capital. A produção de uma massa de trabalhadores excedentes e a sua constante liberação avança de forma rápida em comparação com a produtividade do trabalho, condenando partes substanciais da força de trabalho ao desemprego forçado, enquanto a outra parte empregada dessa classe mantém-se na execução de trabalhos de maneira intensiva e prolongada, tornando-se as bases da elevação do exército industrial de reserva e da acumulação individual dos capitalistas. Conforme Teixeira (2018, p. 211):

²⁵ “A força de trabalho retirada do mercado por causa de desgaste e morte deve ser continuamente substituída por, no mínimo, um igual montante de nova força de trabalho. Daí, a soma de meios de subsistência necessários para a produção de força de trabalho tem de incluir os meios necessários para os substitutos do trabalhador, isto é, seus filhos, a fim de que esta raça peculiar de proprietários de mercadorias possa perpetuar seu aparecimento no mercado.” (Capital, vol. I, parte II, cap. 6, p. 171, *apud* Miglioli, 1981, p. 84).

Nesse sentido, para manter essa funcionalidade, Marx dizia que o mecanismo da produção capitalista cuida para que o acréscimo absoluto de capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a, porém mais trabalho em ação. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital.

Ou seja, na medida em que os trabalhadores produzem trabalho excedente, produzem mais riqueza para os proprietários do capital, simultaneamente em que sua produtividade se eleva, também corroborando com um modo de trabalho mais precário e ao descarte recorrente de parte de sua classe trabalhadora.

Portanto, de acordo com Souza (2018), a população trabalhadora insere-se na produção capitalista como produto imprescindível, e necessário à existência desse modo. O exército industrial representa a massa humana a serviço das necessidades oscilantes da expansão do capital, fazendo com que a força de trabalho fique condicionada a pronta exploração pelo capitalista, não interessando o real incremento da população em sua totalidade no processo.

5.1. As Três Formas do Exército Industrial de Reserva na Contemporaneidade

Segundo Granato e Germer (2013), o desenvolvimento das relações de produção e, conseqüentemente, na elevação da *composição orgânica do capital*, está diretamente ligado a formação do exército industrial de reserva. O aumento da composição orgânica, logo, da parte constante do capital em relação a parte variável, é o sustentáculo do emprego cada vez menor da mão de obra, constituindo uma população supérflua em comparação ao capital e aos seus meios de produção, cuja denominação “superpopulação relativa” tem origem. É possível notar que, o capital controla tanto a **oferta** quanto a **demanda** dessa força de trabalho. Pelo lado da oferta, o aumento da composição orgânica cria uma parcela da população disponível para ser inserida a qualquer momento na produção, não dependendo do crescimento natural populacional ou do número de trabalhadores pertencentes a essa classe. Já pela ótica da demanda, o incremento de mão de obra na produção, irá variar de acordo com o ritmo da acumulação do capital,

demandando determinada quantidade de trabalhadores para tal. De acordo com Marx, pode-se entender esse domínio do capital sobre o trabalho da seguinte maneira:

A procura de trabalho não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho com o crescimento da classe trabalhadora. Não há aí duas forças independentes, uma influenciando sobre a outra. *É um jogo de dados viciados. O capital age ao mesmo tempo dos dois lados.* Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores [devido ao aumento da COC], “liberando os”, ao mesmo tempo em que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho [via intensificação do trabalho e submissão a jornadas de trabalho mais longas], tornando até certo ponto independente a obtenção, a oferta de trabalho da oferta de trabalhadores. Nessas condições, *o movimento da lei da oferta e da procura de trabalho torna completo o despotismo do capital* (MARX, 2008a, p.743-744 *apud* Granato e Germer, 2013, p. 164-165).

Durante a formação dessa superpopulação relativa, na qual se expandem ou diminuem de acordo com o ciclo produtivo e com as crises recorrentes no capital, percebe-se que este exército industrial de reserva é composto por variados tipos de trabalhadores caracterizando um grupo heterogêneo, ou seja, não sendo estritamente por constituído por desempregados. Trazendo estes conceitos aos tempos atuais, Granato e Germer (2013) descrevem o exército industrial sendo incorporado por trabalhadores que não estão necessariamente em busca de serem empregados pelo capital, no entanto, podem estar ocupados em trabalhos fora do domínio do capital e não direcionadas ao mercado (por exemplo, a produção doméstica) ou mesmo direcionadas ao mercado (trabalhadores por conta própria).

Conforme Marx (1982), o exército industrial possui três formas principais: **1)** a flutuante, marcado pelos trabalhadores absorvidos e repelidos constantemente pela indústria, a depender do cenário econômico vigente; **2)** latente, ocupada pela população inserida em atividades não capitalistas, basicamente para sua autossustentação, como a produção doméstica e **3)** estagnada, representada em trabalhadores por conta própria, encontrando-se no mercado capitalista, mas não correspondendo a trabalhadores assalariados (Granato e Germer, 2013).

No grupo *flutuante*, Marx (1982) compara a situação dos trabalhadores que vivem nas fábricas e na indústria moderna, ao passo que são transferidos para o grupo de

desempregados e retirados de lá com maior frequência. Como essa força de trabalho está ligada ao mercado capitalista assalariado, sua “flutuação” entre emprego e desemprego depende estritamente dos ciclos de crescimento ou crise no capitalismo. Já no caso do grupo *latente*, Marx a descreve exemplificando a situação na qual a produção capitalista adentra no ramo da agricultura, fazendo com que a demanda por mão de obra dessa população diminua no trabalho rural, migrando forçadamente para os ramos industriais: “Por uma série de especificidades da indústria agrícola, o aumento da acumulação de capital não demanda mais trabalhadores agrícolas que o progresso técnico deixou de demandar e os antigos trabalhadores rurais são forçados a procurar emprego nas indústrias e comércios não agrícolas.” (Granato e Germer, 2013, p. 167). E por último, o exército industrial na forma *estagnada*, apresenta-se como a parte dos trabalhadores nas ocupações mais irregulares, proporcionando ao capital uma quantidade reserva enorme de força de trabalho disponível, além de possuir uma condição de vida irrisória e constantemente exploradas pelo capital (Marx, 1982).

De acordo com Granato e Germer (2013), o exército industrial estagnado, corresponde na contemporaneidade pelos trabalhadores autônomos formais e informais, bem como pequenos comerciantes e prestadores de serviço. Destarte, o tempo de permanência nestes setores de baixa renda e alta insalubridade, passa a ser o maior de todos os outros grupos (flutuante e latente), ou seja, segundo os autores (2013, p. 168): “[...] o trabalhador que regride da condição de assalariado para a de conta própria dificilmente volta a se assalariar, a força de atração da acumulação de capital tem que ser muito forte para isso acontecer.”

Como parâmetro ao caso brasileiro, se faz inclusive uma comparação com o grupo estagnado aos trabalhadores autônomos que trabalham para o público, como os serviços de limpeza, os comerciantes do varejo, os setores de transporte e logística, etc. Sintetizando, esse segmento fomenta-se majoritariamente de mão de obra autônoma, visto que as grandes empresas capitalistas não preenchem todo o espaço ali disponível (Granato e Germer, 2013).

É importante salientar que, esta categoria do exército industrial estagnado apresenta uma grande dificuldade em moldar-se aos conceitos de Marx, dado sua grande heterogeneidade vigente nos trabalhadores por conta própria e, especialmente a problemática em identificar os grupos informais que prestam serviços às empresas capitalistas e aqueles que trabalham no mercado propriamente dito. Assim, Granato e

Germer (2013) afirmam que ao utilizar a classificação desse grupo pelo IBGE²⁶ e os dados da PNAD²⁷ para realizar as estimativas dos trabalhadores por conta própria dentro dos conceitos marxistas, adverte-se para uma possível superestimação do tamanho do grupo estagnado, por exemplo.

Entretanto, mesmo que as conceituações de superpopulação relativa ou de exército industrial de reserva (flutuante, latente e estagnada) sejam importantes para o entendimento da realidade social atualmente, apenas estes conceitos sozinhos não bastam para compreender toda a estrutura complexa do mercado de trabalho que se tornou nas últimas décadas (Souza, 2005).

Ainda assim, a noção sobre a formação substancial desse exército industrial e suas derivações, condensam as bases do entendimento crítico e conciso do modo de produção capitalista, ao passo que este, depende da criação da superpopulação relativa como o objeto particular de alavanca ao desenvolvimento da produtividade no capitalismo (Souza, 2005). Dito de outra forma:

[...] a relação entre o processo de acumulação capitalista e a geração do exército industrial de reserva constitui um elemento fundamental para a análise do desemprego contemporâneo, já que o atual nível de acumulação, concentração e centralização do capital têm se dado numa escala sem precedentes. (Souza, 2005, p. 116).

Portanto, segundo (Souza, 2005), para atenuar-se devidamente aos problemas estruturais do desemprego nas últimas décadas até o período recente, o conceito do exército industrial de reserva penetra a problematização entre *capital* e *trabalho* como elemento fundamental na discussão, haja visto os níveis sem precedentes da acumulação, concentração²⁸ e centralização²⁹ do capital na sociedade. Um dos (vários) reflexos disso, situa-se na força de trabalho ao redor do mundo em submeter-se cada vez mais, aos trabalhos profundamente precarizados, como os subempregos e as ocupações informais,

²⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

²⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

²⁸ “Recordista em desigualdade, país [Brasil] estuda alternativas para ajudar os mais pobres.” Ver em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>>. Acesso em: 22 out. 2021.

²⁹ “As dez multinacionais que controlam o mercado mundial de alimentos.” Ver em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-37710637>>. Acesso em 21 out. 2021.

transformando-se em um dos motores da elevação da pobreza e miséria no mundo (Souza, 2005).

6. CONCLUSÃO

Conforme Marx (1975), verifica-se que a “*metamorfose*” do dinheiro transformado em capital, ocorre na esfera da circulação, com o objetivo de voltar ao processo de produção, onde se origina a mais-valia apropriada pelo capitalista. No sistema de produção capitalista, à vista desse processo, a incorporação do trabalho vivo (força de trabalho) ao trabalho morto (máquinas, equipamentos, matéria-prima etc.) possibilita a transformação do *valor* em capital. Caracteriza-se, dessa maneira, o modo de produção capitalista orientado na utilização da mão de obra no processo de trabalho para a produção de **mais-valia**, de onde surge o **lucro**.

A produção capitalista deixa de ser um sistema onde o processo de produção de mercadorias é seu fim, para então se valer essencialmente da produção da mais-valia. Torna-se um processo cumulativo onde o trabalhador não mais produz para si e para sua subsistência, mas para o capital. O objetivo mor do processo de produção capitalista tem como fim a produção de mais-valia e do lucro, na qual a mercadoria passa a ser apenas o meio. Aqui, o trabalhador só é produtivo ao produzir o *valor* excedente para o capitalista, para que assim, ele possa utilizá-lo para a expansão automática de seu capital.

A produtividade do trabalho, resultado da criação de mais mercadorias com a mesma força de trabalho, dado um certo volume de meios de produção, funciona como engrenagem do acúmulo de capital em constante elevação no capitalismo. O desenvolvimento das relações de produção, modifica, então, a composição orgânica de capital incrementando um volume elevado de capital constante (máquinas e equipamentos), às custas do fator variável da produção (trabalhadores), em razões de possibilitar a acumulação pelo capitalista.

No momento em que o montante do capital original se eleva de um circuito para o outro, isso quer dizer que o capitalista complementou a seu capital adiantado não apenas o valor que o repõem, mas, também, adicionando parte de seu lucro (L) ou mais-valia, representado esse esquema o processo de *reprodução ampliada* do capital. Entretanto, para a reprodução ampliada e uma acumulação crescente de capital, a elevação da mão

de obra é extremamente importante. Conforme afirma Miglioli (1981), o crescimento do emprego da força de trabalho no processo produtivo ocorre através da maior exploração do trabalhador (aumento da jornada de trabalho ou da intensidade da produção) ou pela elevação do número absoluto de trabalhadores, também chamados de exército industrial ativo. Conjuntamente a esse aumento absoluto da mão de obra, é conservado também um excedente de força de trabalho, ou seja, de trabalhadores desempregados – exército industrial de reserva –, representando a superpopulação relativa da qual recorrem os capitalistas em determinados momentos de aceleração da acumulação.

A partir disso, observa-se que a força de trabalho no processo de produção capitalista é submetida aos desejos do capital, de maneira que a acumulação e a realização do lucro nunca sejam prejudicadas no caminho.

Portanto, conclui-se que esse processo da criação do exército industrial de reserva e a maior precarização da mão de obra empregada, dado que o decréscimo da força de trabalho passa a colocar em movimento uma quantidade cada vez maior de meios de produção devido ao progresso de sua produtividade, dá os contornos da base capitalista descrita por Marx no século XIX, na qual não é o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas ao contrário, ao passo que, com o desenvolvimento das forças produtivas, intensifica a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tornando ainda mais precária sua condição de subsistência. Dito de outra forma, a vida do trabalhador congrega-se na venda da própria força para a multiplicação da riqueza alheia ou para a progressiva valorização do capital.

Os tipos de *superpopulação relativa*, ou, *exército indústria de reserva* apresentados por Marx, disponibiliza ferramentas para a compreensão dos métodos empregados pelos capitalistas, na geração dessa massa de desempregados como fator particular de alavanca do processo produtivo. Apenas esses conceitos não explicam a complexa estrutura do desemprego na atualidade como um todo, principalmente após o processo de financeirização da economia pós década de 70, com a centralidade do capital portador de juros na sociedade. Contudo, a noção do exército industrial de reserva desenvolvida por Marx (1982), permite compreender os meandros do sistema capitalista de produção, uma vez que a origem dessa força de trabalho excedente e o próprio desemprego proporcionam seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARCANHOLO, M. **A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx.** Pesquisa & Debate. Volume 9, nº 2, p. 17-43. 1998.

GRANATO, N; GERMER, C. **A Evolução Recente do Mercado de Força de Trabalho Brasileiro Sob a Perspectiva do Conceito de Exército Industrial de Reserva.** Revista Ciências do Trabalho. Volume 1, número 1. [p. 162-180], 2013.

HARVEY, D. **Para Entender O Capital: Livro I.** 1ª Ed. São Paulo. Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I, Vol. I. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1975 [1890].

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I, Vol. II. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Difusão Editorial S. A., 1982 [1890].

MIGLIOLI, J. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva.** São Paulo. Editora T. A. Queiroz. [Parte II, Cap. 5. p. 77-117], 1981.

NAKATANI, P.; MARQUES, R. **O capitalismo em crise.** Editora Expressão Popular. 1ª Ed. São Paulo, 2020.

SOUZA, C.; SANTOS, I. **Crises Econômicas, Desemprego, Pobreza e Atualidade do Pensamento de Marx.** Revista Direitos, Trabalho e Política Social. 2013.

SOUZA, D. **A Atualidade dos Conceitos de Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal.** Cadernos Cemarx, nº 2. [p. 114-119], 2005.

SWEEZY, P. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista.** 4ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

TEIXEIRA, A. **Acumulação Capitalista: sistema desmascarado por Marx há quase 180 anos.** Revista Direitos, Trabalho e Política Social, Cuiabá. Vol. 4. Nº 7. [p. 200-218], 2018.